

# Variação linguística nas provas do Enem: análise qualitativa ao longo do tempo

## *Variación lingüística en las pruebas de Enem: análisis cualitativo a lo largo del tiempo*

Thais Estolano

Universidade Federal Fluminense (UFF)

[thais\\_estolano@id.uff.br](mailto:thais_estolano@id.uff.br)

<https://orcid.org/0009-0003-2184-7761>

Dennis Castanheira

Universidade Federal Fluminense (UFF)

[denniscastanheira@gmail.com](mailto:denniscastanheira@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-9092-5936>

### RESUMO

Neste artigo temos como foco discutir qualitativamente a abordagem acerca da variação linguística nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio ao longo dos anos. Para isso, seguimos o embasamento teórico da Sociolinguística Variacionista (Coulmas, 2001; Eckert, 2012; Drager, 2015), que defende a língua viva, variável, mutável e socialmente motivada por fatores de diferentes ordens. Nossos resultados indicam que as questões são pertinentes em relação às discussões sociolinguísticas e à Matriz de Referência do exame.

**Palavras-chave:** variação; ensino; Sociolinguística.

### RESUMEN

En este artículo, nos centramos en discutir cualitativamente el abordaje de la variación lingüística en las pruebas del Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM) a lo largo de los años. Para ello, seguimos las bases teóricas de la Sociolingüística Variacionista (Coulmas, 2001; Eckert, 2012; Drager, 2015), que defiende la lengua viva, variable, mutable y socialmente motivada por factores de diferente orden. Nuestros resultados indican que las preguntas son relevantes con relación a las discusiones sociolingüísticas y a la Matriz de Referencia del examen.

**Palabras-clave:** variación; enseñanza; Sociolingüística.

## **INTRODUÇÃO**

Os estudos de Sociolinguística e Ensino têm sido grandes expoentes ao longo dos últimos anos no contexto acadêmico. De maneira ampla, elaboram análises de materiais didáticos, propostas de intervenção e reflexões pedagógicas que são basilares para debates mais amplos e diversificados sobre a inserção da variação linguística na educação básica. Nesse cenário, ainda são necessários trabalhos voltados à investigação sobre como exames de larga escala abordam o tema.

Na esteira dessa discussão, neste artigo, nosso objetivo é discutir a abordagem da variação linguística nas provas do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) por meio da análise de sua pertinência sob uma metodologia qualitativa. Nossa hipótese é que as questões apresentarão uma abordagem pertinente às investigações científicas à luz da Sociolinguística Variacionista e à Matriz de Referência do Novo Enem.

Na perspectiva teórica da Sociolinguística, a língua é um sistema heterogêneo e estruturado entendido como vivo e mutável. A variação é considerada central e motivada por fatores de ordem estrutural e social que possibilitam seu mapeamento quantitativo e qualitativo por meio de uma metodologia bem delimitada (cf. Coulmas, 2001; Drager, 2015; Coelho *et al.*, 2021). Sua relação com o ensino de língua portuguesa pode ser feita de diferentes maneiras e tende a envolver como elaborar estratégias para inserção da variação no ensino básico de modo a considerar o ensino de gramática de maneira contextualizada.

Neste artigo, inicialmente, discorreremos sobre a trajetória do Enem ao longo dos seus 24 anos de existência e relacionaremos à variação linguística. Em 1998, com a sua criação, o objetivo do exame era atestar os conhecimentos dos alunos recém-egressos do Ensino Médio, com vistas a analisar o Ensino Básico brasileiro. A partir de 2009, com a sua reformulação, o Novo Enem passou a objetivar, também, o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES) do país, com a intenção de democratizar, especialmente, as oportunidades de acesso ao Ensino Superior. Com a reformulação da prova, houve ainda uma reforma em sua Matriz de Referência: o tema da variação linguística passou a dominar sua própria competência na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – a saber, a Competência 8. Já na área de Redação, uma mudança inclinada para as discussões variacionistas ocorreu somente no ano de 2015. Posteriormente, apresentaremos a análise

do nosso *corpus*, com as provas regulares de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias do Enem, de 2009 a 2022. Por meio de uma pesquisa qualitativa, reunimos seis questões encontradas para discussão da sua pertinência.

## **A TRAJETÓRIA DO ENEM E A QUESTÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

Nesta primeira seção, abordaremos a trajetória do Enem ao longo de seus 24 anos e a sua relação com o tema da variação linguística. Para isso, inicialmente, serão abordadas a estruturação inicial do Enem, bem como as razões para sua reformulação em 2009. Em um segundo momento, discutiremos a nova fórmula de tal exame, as intenções dos órgãos organizadores e os programas sociais estabelecidos visando a democratizar o acesso ao Ensino Superior. Essa passagem histórica termina com a discussão de benefícios desse novo formato da prova e dados sobre a adesão de participantes ao longo dos anos. Por fim, observaremos a mudança no tratamento da variação linguística na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias entre as matrizes de referência de 1998 e 2009, e também a abordagem da Prova de Redação quanto à diversidade linguística nacional.

O Enem foi criado em 1998 com o intuito de avaliar o ensino das escolas do país, a partir de uma prova que aferisse habilidades e competências as quais eram esperadas para um aluno recém-egresso da educação básica. Tal prova era constituída de 63 questões de pesos iguais, que se dividiam em 5 competências globais – a saber: 1) dominar linguagens; 2) compreender fenômenos; 3) enfrentar situações-problema; 4) construir argumentação; 5) elaborar propostas (Brasil, 1998, p. 16) – e 21 habilidades. Andrade (2012) sustenta, no entanto, que tal formato se apresentava como ineficiente para que as IES realmente conhecessem e reconhecessem os perfis dos estudantes que adentrariam ou não nos seus cursos de nível superior, uma vez que somente 21 habilidades traçariam um perfil genérico e não satisfatório para preencher as vagas tão disputadas. A partir dessas críticas, então, em 2009, houve a reformulação do exame para o que foi chamado de Novo Enem.

Mesmo que, desde 2004, o Enem fosse utilizado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) como forma de determinar quais estudantes receberiam bolsas de estudo parciais ou integrais nas IES do país, foi somente a partir de 2007, com o Plano de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que se colocou a necessidade de uma reformulação da ideia de democratização do ensino. Isso, porque, nesse ínterim, não somente o número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) aumentou em 31%, em comparação às 45 universidades federais de 2003, como aumentou também o número de cursos e vagas que estas disponibilizavam, segundo dados disponibilizados por Andriola (2011). Então, com uma prova de abrangência nacional, a possibilidade de integração maior entre essas IFES e alunos de todas as regiões do país foi levada em consideração para a reformulação do Enem.

Foi assim que, em 2009, com a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Novo Enem foi articulado, partindo das 63 questões anteriormente cobradas para 180, divididas em dois dias de prova – sábado e domingo – e 4 macroáreas: Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias e Linguagens, Códigos e suas tecnologias, além da redação. Além disso, as 21 habilidades empregadas até 2008 transformaram-se em 120, as quais se dividiram igualmente dentre as 45 questões aplicadas por área. Corroborou-se, então, a ideia de se conhecer melhor os possíveis ingressantes das IES.

Já em seu primeiro ano, o Novo Enem foi utilizado por mais de 60 IES como forma de ingresso, total ou parcial – como primeira fase, como um somador de notas ou até como uma espécie de bônus. No entanto, essa edição também foi marcada pelo vazamento da prova, o que fez com que instituições como a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas desistissem de usar tal recurso em seus vestibulares em 2009. Assim, somente em 2013 todas as universidades federais do país aderiram ao exame. Em 2017, houve ainda uma nova mudança estrutural em tal prova: a partir de uma consulta pública, o Enem começou a ser aplicado em dois domingos consecutivos, e não mais no mesmo final de semana.

Na criação do Novo Enem, houve a intenção de reformular, a partir dessa nova abordagem, os próprios currículos escolares brasileiros. Além disso, outro grande almejo do Novo Enem era “democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior e possibilitar a mobilidade acadêmica” (Andriola, 2011, p. 116). Por meio do Sisu, essa maior integração parecia ser possível, já que o exame começou a ser aceito por grande parte das IFES brasileiras, e os participantes poderiam se inscrever nas seleções em um único site, sem precisar viajar fisicamente pelas regiões do país. Consoante ao

Ministério da Educação (MEC), com a centralização que tal sistema trouxe, a despesa financeira que esses deslocamentos ocasionariam – algo que dificultava o acesso às IES – agora poderia ser sanada. Contudo, de acordo com dados divulgados por Silveira, Barbosa e Silva (2015), a mobilidade entre estados ainda era muito baixa, de somente 13,2%, a qual advinha, majoritariamente, dos estados com os maiores PIBs.

Isso demonstra que, ao contrário do que esperavam o MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a democratização admissional dos alunos com menor renda no país não foi efetivada, prejudicando, ainda, o ambiente “multicultural” que poderia ser estabelecido nas IFES (Silveira; Barbosa; Silva, 2015, p. 2), de forma a enriquecer o aprendizado no Ensino Superior. Surge a necessidade, assim, da criação de algum programa que procure ajudar esses indivíduos a promoverem a mobilidade e a integração nacional, em um país onde muitos alunos podem não ter condições de se manter, mesmo em uma universidade pública.

Na esteira dos programas que buscam promover maior democratização do acesso às universidades, há alguns que se destacam. Além da isenção da taxa de inscrição para alunos que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas, em 2012 foi sancionada a Lei de Cotas – nº 12.711 –, que intenciona proporcionar essa democratização das IFES. Assim, a partir da efetivação desse programa, metade das vagas das universidades passou a ser direcionada a pessoas que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas, com ou sem comprovante de baixa renda, além de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (Neto *et al.*, 2014, p. 114).

Pode-se perceber que a ideia é, principalmente, equilibrar as condições dos participantes, dadas as disparidades entre os ensinos básico público e privado, além de uma tentativa de reparação histórica para com povos marginalizados ao longo dos mais de 500 anos de Brasil.

Embora o programa tenha ajudado, em algum grau, a democratizar o Ensino Superior e, ao longo de seus 11 anos, venha promovendo a entrada de muitas pessoas de classes menos favorecidas financeiramente nas universidades públicas, é percebido que o ideal meritocrático do exame, baseado em notas, perdura (Neto *et al.*, 2014, p. 114). Esse problema é evidenciado pelo fato de que a “rede de escolarização” determina o principal recorte dessas ações afirmativas, ainda que exista uma desigualdade de condições –

materiais, espaciais, de investimento etc. – das escolas públicas do país, que englobam institutos federais, colégios de aplicação e escolas municipais em um mesmo patamar.

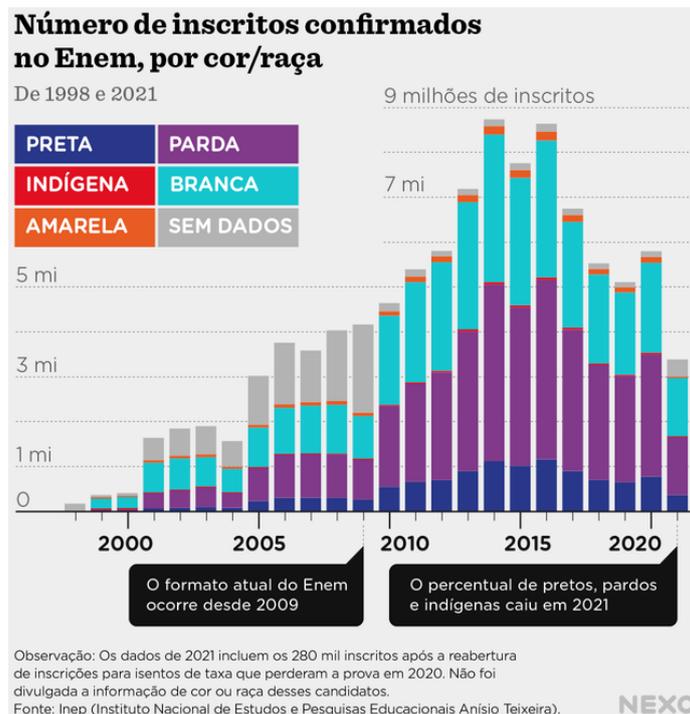
Nota-se, ainda, que, mesmo com os avanços obtidos, ainda há problemas que prejudicam a democratização pretendida pelo Novo Enem desde 2009. Andriola (2011) discorre, entretanto, sobre os “12 motivos favoráveis ao Enem”, dentre os quais trataremos de alguns aqui. Inicialmente, conforme o autor, com a reformulação das habilidades e a inserção da tecnologia nas provas de cada macroárea,

As questões apresentam informações que, *per si*, permitem ao candidato interpretar, inferir, deduzir, comparar, julgar, aplicar e resolver o problema apresentado, deixando de focar exclusivamente o conhecimento dos conteúdos escolares, como o fazia o *Vestibular*. Sob essa nova ótica, não importa, unicamente, o que o aluno sabe, mas o que é capaz de fazer com um conjunto de informações que lhe é fornecido. A ideia é simples: o aluno terá que demonstrar suas competências para, a partir de informações que lhe foram apresentadas, empregá-las a contento com vistas a propor soluções factíveis para problemas que envolvem conteúdos curriculares (Andriola, 2011, p. 119. Grifos do autor).

Ou seja, tal reestruturação aproximou o exame da vivência contemporânea dos participantes, promovendo uma acepção de estudantes a partir das novas demandas sociais para além de conhecimentos adquiridos nas salas de aula. Além disso, ao focar a avaliação em competências e habilidades, tenta-se afastar mais uma vez as escolas e os estudantes desse ensino focado somente em conteúdo, e espera-se aumentar as habilidades que sejam pertinentes e produtivas para práticas cidadãs, objetivo primeiro das instituições de ensino.

Quanto ao número de inscritos, é possível observar que essa maior abrangência, recentemente, tem sido colocada à prova. Inicialmente, houve um crescimento vertiginoso de inscritos no exame, que ocorria ano após ano. Das 157.221 inscrições computadas em seu primeiro ano de aplicação, em 2006 – logo antes da criação do REUNI –, com a possibilidade de se inscrever pela internet, o número chegou a 3.742.827 participantes. Já no ano de sua reformulação, 4.138.025 de indivíduos se inscreveram para a prova, e tal número se manteve, desde então, em constante subida até o ano de 2015, como demonstra o Gráfico 1:

Gráfico 1: Número de inscritos no Enem ao longo dos anos



Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2021/11/16/Enem-tem-menor-n%C3%BAmero-de-inscritos-desde-2005>.

Pode-se perceber, a partir dos dados disponibilizados pelo *Nexo Jornal*, com fonte no Inep, que não só houve um significativo decréscimo a partir do ano de 2015 no número de inscritos no Enem, como também no número de participantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Segundo o doutor em Educação Gregório Grisa (UFRGS), em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em novembro de 2022, essa queda é resultado de diversos fatores, como a crise econômica instaurada no país em 2015 e a pandemia do Covid-19, principalmente entre os anos de 2020 e 2021. Por outro lado, aspectos socioeconômicos e políticos também foram grandes propulsores da diminuição da procura pelo exame nacional, em que se destacam a alta porcentagem de desemprego no país – o que desencoraja a graduação em um Ensino Superior, sobretudo pelas classes baixa e média – e a desvalorização das universidades públicas pelos governantes. Para Grisa:

Existe uma espécie de desvalorização cultural em alguns setores da sociedade em relação às universidades. Sobretudo, as públicas, que são as mais disputadas, mas vêm sofrendo esse processo de deslegitimar nos últimos anos, que envolve setores que ganharam muita força política. O Bolsonaro sempre tratou a universidade como uma inimiga. Sempre questionou muito tudo o que envolve a universidade pública, a ciência, o conhecimento. Chegou, inclusive,

a retaliar em alguns momentos essas instituições. Então, podemos ver aí um caldo cultural muito ruim em toda essa conjuntura (Grisa e Leal, 2022).

Ao focarmos na questão da variação linguística no Enem, salienta-se que tal tema teve grande reformulação, na prova de Linguagens, com a virada de 2009. Antes dessa data, dentro da Competência 1, Dominar Linguagens – “Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica” (Brasil, 1998) –, havia uma única habilidade que citava o tema da variação linguística, a Habilidade 6: “Com base em um texto, analisar as funções da linguagem, identificar marcas de variantes linguísticas de natureza sociocultural, regional, de registro ou de estilo, e explorar as relações entre as linguagens coloquial e formal.” (Brasil, 1998). Nesse sentido, observam-se não só a forma breve com que esse assunto era tratado até então pelo exame, como também a sua junção, em uma única habilidade, com o tema de funções da linguagem – que podem ser trabalhados de formas completamente separadas nas provas, mesmo que o olhar variacionista possa (e deva) estar intrínseco a todos os conteúdos.

A partir da reforma da Matriz de Referência do Enem, a qual foi baseada na Matriz de Referência do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), as 5 competências que antes regiam as habilidades do Enem foram elevadas a “eixos cognitivos”, comuns a todas as áreas do conhecimento. Tais eixos desdobram-se agora em 30 novas competências, dentre as quais 9 estão relacionadas à prova de Linguagens, Códigos e suas tecnologias. A variação linguística, então, passou a ter uma competência inteira para si, a saber, a Competência 8, a qual conta com três habilidades. Vejamos:

Competência de área 8 - Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro.

H26 - Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social.

H27 - Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação (Brasil, 2009).

Outrossim, na seção Objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência, relativa à prova de Linguagens, Códigos e suas tecnologias, pode-se encontrar

a menção ao “Estudo dos aspectos linguísticos da língua portuguesa: usos da língua: norma culta e variação linguística”, o qual promete ponderar o

uso dos recursos linguísticos em relação ao contexto em que o texto é constituído: elementos de referência pessoal, temporal, espacial, registro linguístico, grau de formalidade, seleção lexical, tempos e modos verbais; uso dos recursos linguísticos em processo de coesão textual: elementos de articulação das sequências dos textos ou à construção da micro estrutura do texto (Brasil, 2009).

Analisa-se, dessa maneira, o avanço no tratamento do tema sobre variação linguística no Enem com a sua reformulação em 2009. Com a nova Matriz de Referência, deu-se enfoque à parte mais importante da variação, qual seja o uso produtivo das variedades de acordo com a situação comunicativa, o que se pode observar logo no discorrer da Competência. Parte-se, assim, de simples “analisar”, “identificar” e “explorar”, vistos na Habilidade de 1998, para “Compreender e usar a língua materna”, de forma que fica explícita a ideia de examinar a real competência dos participantes de, no cotidiano e em sua vida cidadã, adequar-se ao momento sociocomunicativo e se inserir nos ambientes que almejar, de modo democrático, indo além da discussão, importante, mas, na maioria das vezes, rasa, sobre variação regional no Brasil – como a famigerada dicotomia “biscoito ou bolacha”.

Ainda se encontra, na Competência, a menção à identidade que é perpassada pela língua e pelas variedades linguísticas que, no português, são muito presentes na diferenciação de tantos grupos sociais, mais uma vez reforçando a competência de usar a língua como forma de se inserir no mundo. É interessante se pensar aqui que essa mudança na Competência visa também a mudar a forma com que as escolas trabalham o tema, visto que este era um dos objetivos do Inep ao reformular o Enem, ainda em 2009. Dessa forma, a avaliação de tais habilidades tão importantes para a vida em sociedade poderiam permitir, se feita de forma produtiva, uma transformação no ensino de língua materna há tanto tempo ansiada pelos variacionistas. A identificação de diferentes variedades – “sociais, regionais e de registro” – ainda se mostra presente, bem como o uso da norma padrão, vide sua cobrança na redação do Enem, em provas no geral e, sobretudo, nos ambientes hegemônicos do país – sendo ela o foco das aulas de Língua Portuguesa.

Na Prova de Redação, por sua vez, a visão variacionista se tornou presente em um momento mais tardio. Tal seção do Enem, com o passar dos anos, tornou-se o maior foco

das escolas e dos cursos pré-vestibulares, já que se configura como a maior parte da nota final do participante, sendo a única área a qual permite notas entre 0 e 1000, computadas a partir de suas 5 competências. Dessa maneira, com tal visibilidade, era de se esperar que essa prova fosse, também, trabalhada de forma mais cuidadosa a partir da reformulação do exame.

No entanto, o Guia do Participante do ENEM de 2012 ainda trazia a avaliação da Competência 1 como responsável por “demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita”, o que explicita, como deixa claro Nidecker (2017), o descaso com a diversidade de normas e até mesmo de modalidades escritas no Brasil. Inclusive, o uso de “norma padrão” em vez de “norma-culta” manifesta tal desconsideração com o uso real da língua, uma vez que a norma padrão se encontra distante até mesmo dos falares brasileiros mais prestigiados, como evidenciam os estudos sociolinguísticos (Faraco, 2008; Coelho *et al.*, 2021). Isso foi continuado até o Enem de 2014, em que o comando da Prova de Redação se mostrava assim:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em *norma padrão da língua portuguesa* sobre o tema Publicidade infantil em questão no Brasil, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (Brasil, 2014, p. 2. Grifos nossos).

Já na prova de 2015, o comando mudou para “redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa” (Brasil, 2015, p. 2), o que se reflete na mudança da Competência 1 constatada na Cartilha do Participante de 2016: “demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa”. Essa alteração manifesta maior cuidado com as diversidades linguísticas, haja vista se esperar agora uma adequação à modalidade cobrada pelo exame, não somente o uso descaracterizado da norma padrão.

A Cartilha do Participante de 2018 ainda acrescenta “Em primeiro lugar, você deve se atentar ao fato de que a escrita formal é a modalidade da língua associada a textos dissertativo-argumentativos”, ou seja, corroborando, mais uma vez, a adequação. Renomeou-se, também, o desvio que diz respeito a tal modalidade, agora caracterizado como “Escolha de registro: adequação à modalidade escrita formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade” (Brasil, 2018). Pode-se constatar,

então, maior preocupação quanto ao uso variante da língua na Prova de Redação a partir de 2015.

Portanto, pode-se concluir, ao levarmos em consideração a nova matriz, no que concerne à questão da variação linguística na área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias, que o Novo Enem pretende tratar de forma mais detalhada tal tema em suas provas, buscando analisar a competência do aluno e a sua proficiência no uso pleno da língua materna, sob a ótica variacionista.

## ANÁLISE DA VARIAÇÃO NO ENEM: DISCUTINDO A PERTINÊNCIA DA ABORDAGEM

O aspecto questionado na nossa hipótese contempla a pertinência das questões em relação aos estudos sociolinguísticos e à própria Matriz de Referência do Novo Enem. Para que isso seja verificado, analisaremos sob uma perspectiva qualitativa seis questões: duas dos anos iniciais, duas no entremeio e duas de aplicações mais recentes.

Para iniciar esse estudo, apresentamos uma questão de 2009:

Imagem 1: Questão 129. Enem 2009, caderno amarelo.

**Questão 129**

Serafim da Silva Neto defendia a tese da unidade da língua portuguesa no Brasil, entrevendo que no Brasil as delimitações dialetais espaciais não eram tão marcadas como as isoglossas<sup>1</sup> da România Antiga. Mas Paul Teyssier, na sua *História da Língua Portuguesa*, reconhece que na diversidade socioletal essa pretensa unidade se desfaz. Diz Teyssier:

"A realidade, porém, é que as divisões 'dialetais' no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra."

SILVA, R. V. M. O português brasileiro e o português europeu contemporâneo: alguns aspectos da diferença. Disponível em: [www.uniroma.it](http://www.uniroma.it). Acesso em: 23 jun. 2008.

<sup>1</sup> isoglossa – linha imaginária que, em um mapa, une os pontos de ocorrência de traços e fenômenos linguísticos idênticos.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

De acordo com as informações presentes no texto, os pontos de vista de Serafim da Silva Neto e de Paul Teyssier convergem em relação

- Ⓐ à influência dos aspectos socioculturais nas diferenças dos falares entre indivíduos, pois ambos consideram que pessoas de mesmo nível sociocultural falam de forma semelhante.
- Ⓑ à delimitação dialetal no Brasil assemelhar-se ao que ocorria na Romênia Antiga, pois ambos consideram a variação linguística no Brasil como decorrente de aspectos geográficos.
- Ⓒ à variação sociocultural entre brasileiros de diferentes regiões, pois ambos consideram o fator sociocultural de bastante peso na constituição das variedades linguísticas no Brasil.
- Ⓓ à diversidade da língua portuguesa na Romênia Antiga, que até hoje continua a existir, manifestando-se nas variantes linguísticas do português atual no Brasil.
- Ⓔ à existência de delimitações dialetais geográficas pouco marcadas no Brasil, embora cada um enfatize aspectos diferentes da questão.

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>

Esta questão apresenta um texto que compara as visões de Serafim da Silva Neto e de Paul Teyssier sobre a Língua Portuguesa no Brasil. Para aquele, a língua no país se mostra uniforme, com delimitações espaciais dialetais pouco marcadas. Já este, mesmo concordando com a pouca marcação espacial dos dialetos, apresenta a diferença sociocultural que permeia o Português Brasileiro (PB), em que pessoas mais cultas, ainda que de regiões bem distintas, têm um falar mais similar entre si do que falantes de uma mesma região que possuam grande diferença escolar ou financeira.

Em contrapartida, a questão, em seu enunciado, pede ao participante que assinale a alternativa a qual apresente a convergência entre os pensamentos dos dois autores. Esse gabarito se encontra na letra “e”: “[em relação] à existência de delimitações dialetais geográficas pouco marcadas no Brasil, embora cada um enfatize aspectos diferentes da questão”. Nesse viés, a questão está de acordo com a Habilidade 25, contida na Matriz de Referência, que prevê a identificação de diferentes tipos de variação – como a diatópica e a diastrática presentes no texto, mesmo que sem nomeá-las. A questão não pede que o



O texto apresentado nessa questão é de Dinah Callou, sobre o ensino de gramática. A autora debate sobre usos, os quais divergem da norma-padrão, mas que, em contrapartida, podem ser percebidos no discurso de diversos falantes, até mesmo dos que dominam a variedade padrão. Isso ocorre em vista de tendências da língua em processo de mudança, as quais não podem ser impedidas pelas normas da Gramática Normativa. Dessa forma, a autora termina seu texto atestando a existência de uma pluralidade de normas, ou seja, de hábitos linguísticos, os quais podem ser percebidos através de diversos exemplos, como o uso existencial do “ter” no lugar de “haver”.

O enunciado não traz grandes informações, simplesmente esperando que o participante considere a leitura do texto e a reflexão trazida por ele para chegar a uma conclusão. Nesse sentido, a alternativa correta é a encontrada na opção “b”: “falantes que dominam a variedade padrão do português do Brasil demonstram usos que confirmam a diferença entre a norma idealizada e a efetivamente praticada, mesmo por falantes mais escolarizados”. Podemos relacionar essa questão, assim, com a Habilidade 27 da Matriz, quando esta discorre sobre os usos da norma-padrão da Língua Portuguesa.

A reflexão trazida, todavia, vai muito além do simples reconhecimento da norma-padrão e de seu uso nessa questão. Ao tratar sobre as divergências entre o uso efetivo dos falantes que têm maior conhecimento sobre o padrão – mesmo entre os mais escolarizados – e a norma idealizada, o questionamento vai ao encontro do postulado por Faraco (2008) sobre a norma curta, ou seja, uma norma que impede o estudo correto da norma culta em uso, por promover regras antiquadas sem respaldo na realidade dos falantes. Assim, a questão se mostra muito relevante para os estudos sociolinguísticos, pois espera que o participante perceba tal aspecto da língua, reconhecimento que se torna crucial para diminuir o preconceito linguístico presente no país.

Analisaremos agora uma questão de alguns anos adiante, apresentada na aplicação de 2016. Vejamos:

Imagem 3: Questão 106. Enem 2016, caderno amarelo.

**QUESTÃO 106** =====**TEXTO I**

Entrevistadora — eu vou conversar aqui com a professora A. D. ... o português então não é uma língua difícil?

Professora — olha se você parte do princípio... que a língua portuguesa não é só regras gramaticais... não se você se apaixona pela língua que você... já domina que você já fala ao chegar na escola se o teu professor cativa você a ler obras da literatura... obras da/ dos meios de comunicação... se você tem acesso a revistas... é... a livros didáticos... a... livros de literatura o mais formal o e/ o difícil é porque a escola transforma como eu já disse as aulas de língua portuguesa em análises gramaticais.

**TEXTO II**

Entrevistadora — Vou conversar com a professora A. D. O português é uma língua difícil?

Professora — Não, se você parte do princípio que a língua portuguesa não é só regras gramaticais. Ao chegar à escola, o aluno já domina e fala a língua. Se o professor motivá-lo a ler obras literárias, e se tem acesso a revistas, a livros didáticos, você se apaixona pela língua. O que torna difícil é que a escola transforma as aulas de língua portuguesa em análises gramaticais.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001 (adaptado).

O Texto I é a transcrição de uma entrevista concedida por uma professora de português a um programa de rádio. O Texto II é a adaptação dessa entrevista para a modalidade escrita. Em comum, esses textos

- A** apresentam ocorrências de hesitações e reformulações.
- B** são modelos de emprego de regras gramaticais.
- C** são exemplos de uso não planejado da língua.
- D** apresentam marcas da linguagem literária.
- E** são amostras do português culto urbano.

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>

Nesta questão, deparamo-nos com dois textos retirados do livro *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*, de Marcuschi. Ambos apresentam a mesma entrevista, em que o primeiro é a sua transcrição e o segundo é a sua adaptação para a modalidade escrita. Além disso, na entrevista, uma professora de português discorre sobre as aulas de Língua Portuguesa e o mito de que o português é uma “língua difícil.” Para a professora, esse pensamento advém das aulas presentes nas escolas, que transformam o estudo da língua em análises gramaticais, em vez de focar na língua já falada e conhecida pelos alunos.

Como questionamento, tal questão apresenta ao participante a distinção das duas apresentações da mesma entrevista, e pergunta o que ambas possuem de semelhante. O gabarito encontra-se na letra “e”: “são amostras do português culto urbano”, o que, mais uma vez, relaciona-se à Habilidade 25, por esperar a identificação de uma determinada variedade linguística.

Podemos notar diversos aspectos interessantes nessa questão. Inicialmente, percebe-se a presença de um texto que representa uma situação real de uso, um dos parâmetros escolhidos por Lima (2014) para analisar Livros Didáticos sobre temas

variacionistas. Tal presença é importante, visto que não simula ou cria diálogos a partir de como se acredita que determinada variedade trata a língua, mas sim promove uma observação real de um contexto dialógico. Em segundo plano, o conteúdo do texto também se mostra muito pertinente, uma vez que trata da desmistificação da disciplina de Língua Portuguesa como algo difícil ou, até mesmo, distante dos discentes. Ainda que esse assunto não seja primordial para o questionamento proposto pela questão, o texto já traz uma reflexão acerca dos estudos sobre língua para o leitor.

Por fim, observando o foco da questão, notamos a menção ao “português culto urbano”, o qual nos leva à reflexão feita por Bortoni-Ricardo (2004) sobre contínuos. Essa afirmação se justifica haja vista não haver menção, no texto, a qualquer questão urbana ou citadina. Então, para chegar à resposta da questão, era necessário o entendimento sobre o contínuo rural-urbano, em que a variedade padrão da língua se encontra, majoritariamente, próxima à extremidade + urbano. Assim, a questão vai ao encontro da asserção de que as variedades não são estanques, e sim presentes em um contínuo, conhecimento também muito importante para entender a diversidade de variedades presentes na língua e seus estereótipos.

Outra questão a ser analisada está presente na imagem a seguir, retirada da aplicação de 2017:

Imagem 4: Questão 08. Enem 2017, caderno amarelo.

**QUESTÃO 08**

Sítio Gerimum  
Este é o meu lugar [...]  
Meu Gerimum é com g  
Você pode ter estranhado  
Gerimum em abundância  
Aqui era plantado  
E com a letra g  
Meu lugar foi registrado.

OLIVEIRA, H. D. *Língua Portuguesa*, n. 88, fev. 2013 (fragmento).

Nos versos de um menino de 12 anos, o emprego da palavra “Gerimum” grafada com a letra “g” tem por objetivo

- A** valorizar usos informais caracterizadores da norma nacional.
- B** confirmar o uso da norma-padrão em contexto da linguagem poética.
- C** enfatizar um processo recorrente na transformação da língua portuguesa.
- D** registrar a diversidade étnica e linguística presente no território brasileiro.
- E** reafirmar discursivamente a forte relação do falante com seu lugar de origem.

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>

A questão acima apresenta um texto escrito por um menino de 12 anos, sobre o lugar onde mora. Tal lugar é denominado “Sítio Gerimum”. Pela singularidade de tal escrita – visto que o nome do legume, de acordo com a norma-padrão, grafa-se com a letra “j” –, o eu lírico discorre que, embora tal nome cause uma estranheza, esta foi a forma como se registrou o lugar de onde veio. No questionamento, o enunciado pergunta ao participante o objetivo de tal emprego, e o gabarito encontra-se na letra “e”: “reafirmar discursivamente a forte relação do falante com seu lugar de origem”. Dessa forma, a questão aborda o descrito na própria Competência 8, ao discorrer sobre o tratamento da língua materna como integradora da identidade do falante.

Nessa senda, a questão está de acordo com os estudos da segunda onda sociolinguística, citada por Eckert (2012) e Machado Vieira (2020), em que o vernáculo do falante se aproxima à identidade do seu lugar, a partir de escolhas do próprio indivíduo, assim como foi observado nas pesquisas de Labov (1963) na ilha de Martha’s Vineyard. De fato, o autor do texto escolhe grafar a palavra com a letra “g”, pois, dessa forma, ele se relaciona com os outros falantes de sua região, aspecto importante para o entendimento da identidade de um indivíduo. Portanto, tal questão mostra-se bastante significativa para o entendimento sobre a motivação da existência de diversos falares encontrados no nosso país, outra percepção muito importante para que possamos frear preconceitos e estigmas linguísticos.

Encaminhando-nos para as aplicações mais recentes do Enem, a questão que observaremos a seguir esteve presente na prova de 2021:

Imagem 5: Questão 16. Enem 2021, caderno amarelo.

**Questão 16** enem2021

Os linguistas têm notado a expansão do tratamento informal. “Tenho 78 anos e devia ser tratado por *senhor*, mas meus alunos mais jovens me tratam por *você*”, diz o professor Ataliba Castilho, aparentemente sem se incomodar com a informalidade, inconcebível em seus tempos de estudante. O *você*, porém, não reinará sozinho. O *tu* predomina em Porto Alegre e convive com o *você* no Rio de Janeiro e em Recife, enquanto *você* é o tratamento predominante em São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador. O *tu* já era mais próximo e menos formal que *você* nas quase 500 cartas do acervo on-line de uma instituição universitária, quase todas de poetas, políticos e outras personalidades do final do século XIX e início do XX.

Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: 21 abr. 2015 (adaptado).

No texto, constata-se que os usos de pronomes variaram ao longo do tempo e que atualmente têm empregos diversos pelas regiões do Brasil. Esse processo revela que

- A** a escolha de “você” ou de “tu” está condicionada à idade da pessoa que usa o pronome.
- B** a possibilidade de se usar tanto “tu” quanto “você” caracteriza a diversidade da língua.
- C** o pronome “tu” tem sido empregado em situações informais por todo o país.
- D** a ocorrência simultânea de “tu” e de “você” evidencia a inexistência da distinção entre níveis de formalidade.
- E** o emprego de “você” em documentos escritos demonstra que a língua tende a se manter inalterada.

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>

A questão 16 é composta por um texto sobre o uso dos pronomes “tu” e “você”, considerando o avanço do tratamento informal no PB. Para isso, apresenta-se uma afirmação do professor e linguista Ataliba Castilho, sobre seus alunos lhe destinarem o tratamento de “você”, em vez de “senhor”, mesmo já tendo 78 anos, algo que seria inconcebível na sua época de estudante. A partir dessa colocação, o texto segue para a alegação de que o uso de “você” não é a única forma de tratamento de segunda pessoa vigente no PB, visto que o “tu” predomina em alguns lugares, como em Porto Alegre, e convive com o “você” em cidades como Rio de Janeiro e Recife.

O enunciado, por sua vez, constata a variação dos pronomes, ao longo do tempo, reiteradas pelo texto, e a diversidade de seus empregos nas regiões do Brasil. Assim, espera-se que o participante apresente a conclusão de tal processo, a qual está explícita na alternativa “b”: “a possibilidade de se usar tanto ‘tu’ quanto ‘você’ caracteriza a diversidade da língua”. Percebe-se, então, uma conformidade com a Habilidade 26 da Matriz de Referência, a qual assevera a relação das variedades linguísticas a situações específicas de uso social.

Decerto, o texto apresenta o uso de tais pronomes referentes à segunda pessoa do discurso de acordo com a informalidade no tratamento, a qual mudou durante o tempo. Dessa maneira, não somente a questão demonstra a possibilidade de diferentes usos sociais dos pronomes, como também expõe uma mudança em tempo aparente, uma vez que linguistas, como Ataliba Castilho, atestam a diferença do uso pronominal entre seu tempo de estudante e os dias atuais.

Além disso, a questão também traz a reflexão sobre a concorrência das variantes “tu” e “você” pela variável de expressão pronominal de segunda pessoa, como citado por Coelho *et al.* (2021), e seus diversos usos ao longo das regiões do Brasil, aspecto estudado por muitos linguistas atualmente. Nota-se, logo, a relevante relação da questão com os estudos sociolinguísticos atuais e com a variedade do PB pelas diversas regiões do Brasil – o que se torna ainda mais interessante ao lembrarmos que o Enem é uma prova nacional, ou seja, os usos diversos, talvez não conhecidos pelas outras regiões, podem ser divulgados a partir de questionamentos como esse.

Por fim, a última questão que observaremos nesta seção constou na prova de 2022, a última aplicação de nossa análise. Vejamos:

Imagem 6: Questão 34. Enem 2022, caderno amarelo

### QUESTÃO 34

#### TEXTO I

A língua não é uma nomenclatura, que se apõe a uma realidade pré-categorizada, ela é que classifica a realidade. No léxico, percebe-se, de maneira mais imediata, o fato de que a língua condensa as experiências de um dado povo.

FIORIN, J. L. Língua, modernidade e tradição. *Diversitas*, n. 2, mar.-set. 2014.

#### TEXTO II

As expressões coloquiais ainda estão impregnadas de discriminação contra os negros. Basta recordar algumas delas, como passar um “dia negro”, ter um “lado negro”, ser a “ovelha negra” da família ou praticar “magia negra”.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 22 maio 2018.

O Texto II exemplifica o que se afirma no Texto I, na medida em que defende a ideia de que as escolhas lexicais são resultantes de um

- A** expediente próprio do sistema linguístico que nos apresenta diferentes possibilidades para traduzir estados de coisas.
- B** ato inventivo de nomear novas realidades que surgem diante de uma comunidade de falantes de uma língua.
- C** mecanismo de apropriação de formas linguísticas que estão no acervo da formação do idioma nacional.
- D** processo de incorporação de preconceitos que são recorrentes na história de uma sociedade.
- E** recurso de expressão marcado pela objetividade que se requer na comunicação diária.

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>

A questão acima apresenta dois textos que se completam para chegar à resposta esperada do participante. O Texto I discorre sobre a língua como reflexo da realidade, em vez de uma nomenclatura preestabelecida. Ou seja, a língua “condensa as experiências de um dado povo”, o que pode ser percebido pelo léxico. Nesse sentido, o Texto II complementa o primeiro texto ao trazer exemplos que atestam a influência da realidade vivida pelos indivíduos no léxico, como “ovelha negra” e “magia negra”, revelando uma discriminação pelos negros.

A partir dessa comparação, o enunciado confirma que o Texto II exemplifica o Texto I e espera que o participante responda qual a motivação de tais escolhas lexicais. O gabarito, assim, pode ser encontrado na opção “d”: “processo de incorporação de preconceitos que são recorrentes na história de uma sociedade”. Desse modo, a questão encontra-se de acordo, mais uma vez, com a definição da própria Competência 8, presente na Matriz de Referência do Enem, a qual confirma que a língua é “integradora da organização do mundo e da própria identidade”.

A construção brasileira como nação, por certo, foi efetivada por meio de ideais racistas, advindos da escravização de povos africanos, os quais compuseram o racismo estrutural percebido nos dias atuais em nossa sociedade. Tal racismo pode ser percebido, também, nas expressões coloquiais apresentadas no texto – e em tantas outras presentes no PB –, as quais admitem um caráter negativo à palavra “negro”. Sendo assim, essa questão demonstra como a língua também pode ser veículo de preconceitos, não somente o linguístico, voltado às variedades linguísticas, mas os presentes na sociedade, uma vez que representam a identidade de seus falantes.

Outro questionamento possível a partir desse texto e dessa reflexão seria a escolha estilística do falar do indivíduo, discutida na terceira onda sociolinguística, haja vista essas expressões coloquiais serem muito discutidas e seus usos negados por pessoas voltadas ao movimento antirracista. Percebe-se como o léxico também faz parte das escolhas dos falantes, de sua visão de mundo e de como este quer ser percebido pela sociedade. Essa questão, então, mostra-se muito interessante, não somente pelo que pede do participante, mas também pela divulgação de uma reflexão muito pertinente aos movimentos sociais contemporâneos.

Portanto, com a análise qualitativa de questões ao longo dos anos, é possível concluir que os temas da variação e da mudança linguística apresentados pelo Enem foram pertinentes aos estudos sociolinguísticos desenvolvidos e se mostraram de acordo com a Matriz do Enem, o que confirma nossa hipótese. Além disso, podemos afirmar que têm grande relevância sociolinguística e social. Embora algumas questões pudessem aprofundar ainda mais a discussão sociolinguística a partir dos textos que trouxeram – como a observada nas imagens 18 e 19 –, a pertinência se mostrou uniforme ao longo dos anos, de maneira que os textos foram muito bem utilizados e as reflexões muito significativas para o estudo sociolinguístico.

Embora esse seja um bom resultado, este levanta o questionamento sobre a possibilidade de os participantes atenderem às expectativas das questões, uma vez que a discussão sobre variação nas salas de aulas brasileiras se mostra muito distante do que seria pertinente para os estudos sociolinguísticos, mesmo em cursos pré-vestibulares, os quais costumam resumir o tema a uma única aula, fomentando a possibilidade de novos caminhos de pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, utilizamos como base a Sociolinguística Variacionista para que pudéssemos estabelecer reflexões sobre a questão da variação nas provas do Enem sob uma metodologia qualitativa. Nesse sentido, discutimos a sua abordagem sobre o tema e conseguimos perceber que há pertinência nas reflexões efetuadas, indo ao encontro das bases da Sociolinguística Variacionista e das diretrizes da Matriz do Enem.

Esses resultados demonstram que é um caminho produtivo e necessário relacionar as teorias linguísticas ao ensino, seja na análise e na elaboração de materiais didáticos, nas intervenções didáticas ou na discussão de exames de larga escala, como fizemos neste artigo. Essas iniciativas devem ser cada vez mais constantes para que haja um diálogo cada vez mais entrincheirado entre a universidade e a sociedade.

Em próximos trabalhos, será possível observar outros aspectos à luz de outras teorias para que sejam contemplados pontos diversos ou que sejam analisados outros exames de vestibular para que haja uma análise comparativa dos pontos aqui explorados seguindo a Sociolinguística Variacionista e seja possível, assim, avançar em prol de uma pedagogia da variação.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gisele Gama. A metodologia do ENEM: uma reflexão. *Série-Estudos*, Campo Grande, n. 33, p. 67-76, 2012.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 107-126, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. *ENEM: documento básico*. Brasília: Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 1998.

BRASIL. *Matriz de Referência ENEM*. Brasília: Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2009. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz\\_referencia.pdf](https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf). Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. *Redação no ENEM 2016: Cartilha do Participante*. Brasília: Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), 2016. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf). Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. *Redação no ENEM 2018: Cartilha do Participante*. Brasília: Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/outros-documentos>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CALLOU, Dinah. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado. *Caderno de Letras UFF*, Niterói, n. 63, p. 57-73, 2008.

COELHO, Izete. *et al. Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2021.

COULMAS, Florian. Sociolinguistics. In: ARONOFF, Mark.; REES-MILLER, Janie. (org.), *The Handbook of Linguistics*. Malden; Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 2001. p. 563-581.

DRAGER, Katie. *Linguistic variation, identity construction and cognition* (Studies in Laboratory Phonology 2). Berlin: Language Science Press, 2015.

ECKERT, Penelope. Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. *Reviews in Advance*, Stanford, p. 87-100, 2012.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

GRISA, Gregório; LEAL, Arthur. “Enem: especialistas analisam queda de inscritos nos últimos anos: 'Bolsonaro tratou universidades como inimigas’”. *Jornal O Globo*. 11 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-vestibular/noticia/2022/11/enem-especialistas-analisam-queda-de-inscritos-nos-ultimos-anos-bolsonaro-tratou-universidades-como-inimigas.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2024.

LIMA, Ricardo Joseh. Variação linguística e os livros didáticos de português. In: MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A.; VIEIRA, S. R. (org.). *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 115-131.

MACHADO VIEIRA, Marcia. Língua, sociedade e relações de poder: a produção escrita de surdos. In: FREITAS JUNIOR, Roberto; SOARES, Lia Abrantes.; NASCIMENTO, João Paulo. (org.). *Aprendizes surdos e escrita em L2: reflexões teóricas e práticas*. Rio de Janeiro: PPGLN - Faculdade de Letras (UFRJ), 2020. p. 36-56.

NETO, Ruy. *et al.* O impacto do Enem nas políticas de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro. *Comunicações*, Piracicaba, ano 21, n. 3 (Edição especial), p. 109 – 123, 2014.

NIDECKER, M. N. *Preconceito linguístico e redação do ENEM: variações linguísticas e as competências avaliadas*. São Gonçalo, 2017.

RECUO de matrículas de jovens no ensino superior escancara falhas na política de educação. *O Globo*. Educação. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/11/recuo-de-matriculas-de-jovens-no-ensino-superior-escancara-falhas-na-politica-de-educacao-veja-numericos.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SILVEIRA Fernando Lang; BARBOSA, Marcia Cristina; SILVA, Roberto da. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica. *Revista Brasileira de Ensino de*

*Física*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, 1101, 2015.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Variação linguística, texto e ensino. *Revista (Con)textos linguísticos* (UFES), Vitória, v. 1, p. 53-75, 2009.

Recebido em: 31/08/2023

Aceito em: 08/01/2024

**Thais Estolano:** Graduada e licenciada nos cursos de Letras - Latim pela Universidade Federal Fluminense (2019) e Letras - Literaturas pela Universidade Veiga de Almeida (2022). Especialista em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-graduação Lato Sensu da Universidade Federal Fluminense (2023). Tem experiência com Ensino Fundamental e Pré-vestibular.

**Dennis Castanheira:** Licenciado em Letras (Português e Literaturas), com dignidade acadêmica “Magna cum laude”, Mestre em Linguística e Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense, onde lidera projetos de pesquisa e extensão e atua na Graduação e na Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.